



António Simas Santos

# Donald Trump: um caso de estudo

Quando falamos de Donald Trump, facilmente pensamos na sua capacidade de dominar títulos de notícias, de gerar polémica e de ocupar o centro da atenção mediática.

Contudo, por trás desse espetáculo permanente, está um fenómeno mais profundo e preocupante para qualquer sociedade que se considere democrática: a frivolidade e a ignorância apresentadas não como falhas, mas como virtudes. Num tempo em que a seriedade é muitas vezes vista como maçadora e a complexidade como confusa, ele soube explorar esse vazio, transformando a superficialidade em instrumento de poder. Problema que, de forma direta ou indireta, também afecta o nosso mundo.

A frivolidade de Trump manifesta-se sobretudo na forma como reduz realidades complexas a frases curtas, slogans e confrontos pessoais. Política internacional, saúde pública, economia, direitos humanos, quadro institucional — tudo isso é tratado como se fosse um episódio de programa televisivo, em que a narrativa importa mais do que a verdade.

A profundidade é substituída pela emoção, a nuance pela certeza definitiva e o debate pelo insulto. Nesse cenário, a verdade deixa de ser um objectivo e passa a ser apenas um adereço, descartável quando se torna incómoda. E, num mundo interligado, esse modelo de comunicação exporta-se rapidamente: jornalistas, políticos e comentadores, também no nosso país, reproduzem, muitas vezes sem reflectir, a ideia de que bastam opiniões rápidas e frases impactantes para se “falar a linguagem do povo”.

Mas a frivolidade seria apenas um defeito de estilo se não fosse reforçada por uma ignorância assumida como autenticidade.

Trump não só demonstra desconhecimento sobre numerosos temas, como muitas vezes trata esse desconhecimento como prova de que “fala como a gente simples”, como se a ignorância fosse sinónimo de honestidade. Dados científicos, relatórios técnicos, análises de especialistas são desvalorizados, ridicularizados ou substituídos por opiniões improvisadas, teorias da conspiração e narrativas aut centradas.

A ignorância, que em qualquer profissão é considerada uma falha grave, é aqui elevada ao estatuto de marca de estilo. E, por cá, também vemos sinais dessa tendência: a desconfiança sistemática em relação ao saber, o desdém pelos especialistas, a ideia de que “qualquer um percebe de política” destroem a possibilidade de um debate adulto, baseado na evidência e na responsabilidade.

Esse fenómeno é potenciado pelo uso das redes sociais. Através de plata-

formas como o Twitter (X) e agora o Truth Social, Trump conseguiu criar um canal direto com milhões de pessoas, contornando os media tradicionais, o “fact-checking” e filtros de qualidade.

Aí, frases curtas, ataques pessoais e rumores têm o mesmo peso, muitas vezes, que investigações rigorosas. O que se valoriza é a reação imediata, o grito, o vídeo viral, e não a reflexão. A frivolidade, nesse contexto, torna-se perigosa: alimenta a polarização, alimenta a desconfiança, e mina a capacidade das sociedades de dialogar sobre problemas comuns.

Em Portugal e nos países de língua portuguesa, assistimos, cada vez com maior frequência, a versões locais desse mesmo espetáculo: comentadores que preferem a provocação à análise, políticos que respondem aos debates com humor ácido ou com insultos, e cidadãos que se contentam com o eco de uma frase feita, sem se interrogarem sobre o contexto, o fundamento ou as suas consequências.

Mais preocupante é o modo como a ignorância passou a ser celebrada. Especialistas, cientistas, jornalistas, juízes, funcionários públicos competentes são frequentemente desqualificados, como se a competência fosse incompatível com o interesse público. A liderança é vista não como capacidade de compreender, decidir e assumir responsabilidades, mas como a capacidade de provocar, de reagir e de dominar a narrativa.

A verdade passou a ser julgada não pelo que é, mas pelo que serve à imagem, à audiência ou à polarização. Também, nós, não estamos a assistir a isso, apenas, de fora. Estamos, muitas vezes, a reproduzir esses mesmos padrões, aplaudindo o que é fácil, partilhando o que é explosivo ou anedótico enquanto descartamos o que é, realmente, importante.

Em última análise, a figura de Donald Trump não deve ser vista apenas como um caso individual, mas como o reflexo de um tempo em que a seriedade é punida pela indiferença, em que a profundidade é confundida com elitismo e em que a frivolidade, combinada com a ignorância, se tornou uma forma de poder.

A crítica, por isso, não se dirige apenas a ele, mas também ao ambiente político e cultural que permite, aceita, aplaude e alimenta essa combinação. Seja nos Estados Unidos seja em Portugal. Precisamos de cidadãos que valorizem o conhecimento, que questionem a simplificação, que desconfiem das certezas empacotadas e que exijam, dos seus líderes, rigor, humildade e responsabilidade.

## Cristina do Canto Tavares aplaude adesão dos cidadãos ao primeiro encontro de participação da 10.ª edição do OP de Ponta Delgada

A vereadora da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Cristina do Canto Tavares, marcou presença no arranque do primeiro encontro de participação pública da 10.ª edição do Orçamento Participativo de Ponta Delgada, aplaudindo a “expressiva mobilização e envolvimento cívico dos cidadãos nesta iniciativa municipal”.

“É de louvar termos casa cheia. A vossa participação é fundamental para que as ideias dos cidadãos e da população em geral cheguem à fase de execução pela autarquia, em benefício de todos. É igualmente de enaltecer a presença de vários jovens, bem como o empenho e a disponibilidade demonstrados para contribuir para a nossa comunidade e para o nosso concelho, através deste projecto de democracia participativa, que este ano contará com sete encontros, abrangendo, como habitualmente, as 24 freguesias do concelho”, afirmou.

Na ocasião, a responsável autárquica

explicou o funcionamento dos encontros de participação e recordou que “Ponta Delgada foi o primeiro município dos Açores a implementar este procedimento de participação democrática. Iniciámos em 2014, interrompemos apenas durante o período da pandemia, e hoje continuamos convictos do sucesso do Orçamento Participativo para o concelho”. “As pessoas propõem, escolhem e o Município faz!”, sublinhou Cristina do Canto Tavares.

O primeiro encontro do OP de Ponta Delgada decorreu na freguesia de São Roque, abrangendo também as freguesias de São Pedro, Livramento e São Roque.

Deste encontro resultaram quatro propostas, que serão agora sujeitas a análise técnica: Requalificação do Polidesportivo das Laranjeiras; Instalação de Bebedouros em São Pedro; Requalificação da Alameda Duque de Bragança (Relvão) e Requalificação da zona de recreio escolar - Mini Parque Aventura - Livramento.

Para 21 de Abril, está agendado o segundo encontro de participação, às 19h30, no Salão da Casa do Povo das Sete Cidades, destinado à freguesia anfitriã e ainda às freguesias dos Mosteiros e dos Ginetes.

O terceiro encontro realiza-se a 23 de Abril, às 19h30, na sede da Filarmónica Lira Nossa Senhora da Estrela, abrangendo as freguesias da Candelária, Covoada e Feteiras.

No dia 5 de Maio, os cidadãos da Ajuda da Bretanha, Pilar da Bretanha, Remédios e Santa Bárbara reúnem-se, pelas 19h30, no Salão Paroquial dos Remédios, para apresentar ideias que contribuam para melhorar o concelho.

A 7 de Maio, o encontro de participação terá lugar, às 19h30, no Salão Polivalente da Casa do Povo das Capelas, abrangendo, além da freguesia anfitriã, Santo António, São Vicente Ferreira e Fenais da Luz.

O penúltimo encontro decorrerá no Salão Multiusos de São Sebastião, no dia

19 de Maio, pelas 19h30, contando com a participação das freguesias da Fajã de Baixo, Fajã de Cima e São Sebastião.

A encerrar esta fase do OP de Ponta Delgada estará o encontro de participação pública no Centro Cívico e Cultural da Relva, destinado às freguesias dos Arrifes, Santa Clara, São José e Relva.

Recordar-se que o Orçamento Participativo de Ponta Delgada é uma iniciativa de carácter deliberativo, desenvolvida através de um processo democrático que permite a qualquer pessoa, com idade igual ou superior a 16 anos, apresentar propostas, debater, priorizar e votar nos projectos que pretende ver concretizados no concelho.

As propostas mais votadas nos encontros de participação pública são depois sujeitas a validação técnica, divulgadas e submetidas à votação final dos cidadãos, sendo posteriormente executadas pela autarquia.